

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2008.
(Do Senhor Marcelo Serafim)

*Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça
acerca da ocupação da Ferrovia Carajás por
garimpeiros e MST.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Ministro da Justiça nos seguintes termos:

- 1- É de conhecimento desse Ministério que ocorreram atos de vandalismo praticados pelos invasores da Estrada de Ferro Carajás?
- 2- Em caso positivo, quais têm sido as providências adotadas por esse Ministério para coibir esse tipo de ação dos invasores?
- 3- Que providências o Governo Federal têm adotado para negociar a pauta de reivindicações do Movimento Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), uma vez que, segundo Nota de Esclarecimento da Vale, este Movimento está usando as invasões como forma de pressionar os Governo Federal e Estadual?
- 4- É de conhecimento desse Ministério que essa invasão teria sido financiada por ONG's estrangeiras que atuam na Amazônia?

JUSTIFICAÇÃO

A Vale, por intermédio de informativo público, denunciou que a Estrada de Ferro Carajás está interditada, apesar de ter sido desocupada pelos invasores do MST e garimpeiros, em razão da falta de condições operacionais causada pelos atos de vandalismo praticados pelos invasores.

Segundo a empresa, entre outros atos de vandalismo, os invasores (i) retiraram 1.200 grampos que fixam os trilhos ao solo, num trecho de mais de 200 metros de extensão; (ii) cortaram os cabos de fibra ótica que passam pelos trilhos, interrompendo a comunicação via celular de Carajás; (iii) atearam fogo em pneus sobre os trilhos, danificando mais de 300 dormentes e; (iv) usaram macaco hidráulico para levantar os trilhos, comprometendo a sustentação da linha.

Esses crimes representam grave risco à operação de trens, o que causa um enorme prejuízo ao transporte de passageiros, bem como ao transporte de toneladas de minério de ferro da ordem de aproximadamente 22 milhões de dólares por dia para a balança comercial brasileira.

Ainda segundo a Vale, essa foi a 11ª invasão a uma unidade da empresa, desde março do ano passado.

Resta evidente que o MST manterá esse tipo de prática de ação criminosa até que os governos federal e do estado do Pará tomem as medidas necessárias para a solução definitiva do problema.

De posse das informações acima descritas queremos pautar melhor nossas ações neste Parlamento.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado Marcelo Serafim
PSB/AM